



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de secretariado, a fim de atender às necessidades deste Ministério, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO | 3 |
| 2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 4 |
| 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO | 4 |
| 4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS | 5 |
| 5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO | 5 |
| 6. CREDENCIAMENTO..... | 6 |
| 7. PROPOSTA DE PREÇOS | 6 |
| 8. ABERTURA DA SESSÃO | 8 |
| 9. FORMULAÇÃO DOS LANCES | 8 |
| 10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS | 9 |
| 11. HABILITAÇÃO | 10 |
| 12. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO..... | 14 |
| 13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA..... | 15 |
| 14. DESCONEXÃO | 15 |
| 15. RECURSOS | 15 |
| 16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO..... | 16 |
| 17. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS | 16 |
| 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE | 16 |
| 19. GARANTIA CONTRATUAL | 16 |
| 20. CONTRATO | 17 |
| 21. FISCALIZAÇÃO | 17 |
| 22. PAGAMENTO..... | 18 |

| | |
|--|-----------|
| 23. SANÇÕES FASE LICITATÓRIA..... | 18 |
| 24. DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 18 |
| ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA..... | 20 |
| ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 59 |
| ANEXO III - MODELO PROPOSTA COMERCIAL | 62 |
| ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO | 64 |
| ANEXO V - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO..... | 82 |



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016

| | |
|---|--|
| Tipo de Licitação | Menor preço |
| Regime de Contratação | Contratação indireta por empreitada por preço global. |
| Regime de execução | Execução indireta por empreitada por preço global. |
| UASG | 280101 |
| Processo | 52007.001427/2016-34 |
| Data e horário da abertura da sessão do Pregão Eletrônico | 20 de junho de 2016 às 10h00 |
| Endereço eletrônico | www.comprasgovernamentais.gov.br |
| Obs.: Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas na Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - CGRL/COPLI do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Sala 917, CEP - 70.053-900, Brasília-DF, pelos telefones (61) 2027-8031 / 2027-8034, ou pelo e-mail licitacao@mdic.gov.br . | |

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria SPOA nº 15, de 12 de abril de 2016, publicada no DOU do dia 14 de abril de 2016, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 2.271/97, IN/SLTI-MP nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada e SLTI-MP IN 02 de 16 de setembro de 2009 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538/2015, Lei 12.846/2013 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de secretariado, a fim de atender às necessidades deste Ministério, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA).
- 2.2. As despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta da dotação consignada para a atividade nos respectivos exercícios.
- 2.3. O valor global estimado para a execução do objeto desta Licitação é de **R\$ R\$ 12.538.796,40 (doze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).**

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MDIC responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. Não será admitida a participação, nesta licitação, de empresários ou sociedades empresárias:
- 3.4.1. estrangeiros que não funcione no país;
 - 3.4.2. possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o pregoeiro, com um dos membros da equipe de apoio, ou qualquer outro serviço em exercício neste órgão federal, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 3.4.3. que esteja proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 3.4.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 3.4.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 3.4.6. Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União (ANEXO V deste Edital) e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
 - 3.4.7. Que tenham condenações civis por ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/1992;
 - 3.4.8. organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (ACÓRDÃO Nº 746/2014-TCU-PLenário);
- 3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.5.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 3.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 3.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 3.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 3.5.6. que não possua em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalhos degradantes ou forçados, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no licitacao@mdic.gov.br ou **protocolado tempestivamente** no endereço no MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 917 - CEP 70053-900 - Brasília/DF.
- 4.2. É de responsabilidade da licitante a confirmação do recebimento do pedido de esclarecimento junto a este Ministério.

5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1. Até **2 (dois) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.
- 5.3. O prazo começará a contar a partir das 8h do dia seguinte para as impugnações apresentadas depois das 18h.
- 5.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 5.5. A impugnação poderá ser entregue ao Pregoeiro na Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - CGRL/COPLI do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “J” sala 917, CEP - 70053-900, Brasília-DF, ou por e-mail licitacao@mdic.gov.br.
- 5.6. É de responsabilidade da Licitante a confirmação do recebimento do pedido de esclarecimento junto a este Ministério.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar previamente o credenciamento perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 6.2. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 6.3. O Credenciamento dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 6.4. O uso da senha de acesso pela LICITANTE é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 6.5. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da LICITANTE ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. A Proposta de Preços será elaborada em formulário específico, contendo as informações a seguir, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III, com todas as planilhas devidamente preenchidas. O encaminhamento será exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).
- a) razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico da LICITANTE;
 - b) valores expressos em moeda corrente nacional, por preço unitário, total e global para 12 (doze) meses dos serviços discriminados no Termo de Referência e seus anexos, Anexo I, apresentados, para cada tipo de posto e o valor global, conforme modelos de **PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, atualizadas conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 6, de 23 de dezembro de 2013, que atualiza a INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 2/2008 (VERSÃO COMPILADA/ATUALIZADA);**
 - c) Na composição dos preços propostos, as LICITANTES deverão incluir, se for o caso, o fornecimento de vale-transporte aos seus empregados, compreendendo a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho, conforme preceitua o Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987;
 - d) As LICITANTES deverão indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as respectivas datas bases e vigências, **bem como deverão anexar junto a sua proposta os citados documentos legais**, e também deverão indicar em suas propostas a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de cada categoria profissional, conforme artigo 21, inciso III da IN SLTI/MPOG 02/08;

e) Os insumos constantes da planilha de custos e formação de preços deverão ter seus preços demonstrados com **memórias de cálculos**, devidamente justificados, bem como deverá ser comprovada a exequibilidade dos valores apresentados na planilha de custos, **sob pena de desclassificação da proposta de preços**. Caso persista dúvida quanto à exequibilidade de algum valor cotado na planilha de custos, o Pregoeiro poderá promover diligência para verificar a compatibilidade dos preços orçados com os praticados no mercado;

f) Os encargos sociais, constantes da planilha de formação de preços deverão ter seus percentuais demonstrados com **memórias de cálculos** devidamente justificados, bem como a indicação da legislação correlata, sob pena de desclassificação da proposta de preços;

g) Para fins de comprovação da **opção tributária** (lucro real, presumido ou arbitrado), as licitantes deverão apresentar junto à proposta de preços a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, referente a 2016, ano calendário 2015, sob pena de desclassificação da proposta de preços;

h) as LICITANTES deverão apresentar juntamente com suas propostas documento que comprove o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser aplicado ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT). As alíquotas do SAT poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), conforme Decreto Federal n.º 6.042, de 12 de fevereiro de 2007 e legislação correlata.

i) declaração expressa de estarem incluídos nos preços propostos todos os custos e despesas de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto da licitação. Na falta de tal declaração será considerada como inclusa nos preços toda e qualquer despesa;

j) informação do prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado nesta alínea;

k) declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus Anexos. Na falta de tal declaração será considerada aceita a condição desta alínea;

l) indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente, para efeito de pagamento. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento;

m) no caso da LICITANTE ser classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração de que se enquadra aos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

m.1) Na falta de tal declaração será considerado que a LICITANTE não se enquadra aos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2 - A LICITANTE deverá encaminhar, exclusivamente por meio eletrônico, juntamente à proposta de preços, as Planilhas de Custos e Formação de Preços, conforme Anexos I e III deste Edital;

7.3 - O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

7.4 - A LICITANTE responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005);

7.5 - Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a LICITANTE às sanções previstas no Edital (art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

7.7 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, a licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

8 ABERTURA DA SESSÃO

8.1 A partir das **10:00 horas do dia 20 de junho de 2016**, e em conformidade com o subitem preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão na forma Eletrônica nº 5/2016, com a divulgação das Propostas recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/05, publicado no DOU de 31 de maio de 2005.

9 FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, (art. 24, do Decreto nº 5.450/2005).

9.2 Observado o horário fixado para a formulação de lance e as regras de sua aceitação, a licitante será imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

9.3.1 Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos. Os lances enviados em desacordo serão descartados automaticamente pelo sistema.

9.4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.5 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.6 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.7 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.8 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) da melhor proposta ou lance de maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.9 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em percentual superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.10 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.11 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

9.12 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.14 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.15 Concluída a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

10 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

10.1.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III deste Edital, no prazo de 03 (três horas), contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Compras Governamentais.

10.1.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta de preço indicada nesta sessão, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

10.1.3. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.2 Considera-se inexequível a proposta de preços ou maior lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços/percentuais global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

10.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor desconto, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido desconto melhor.

10.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11 HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta melhor classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de cadastramento de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no Link: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/inidoneos>.

d.1) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário por força do artigo nº 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2. Constatada a existência de sanção na alínea “b” do subitem 11.1 deste Edital, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. A habilitação da licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos.

11.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, deverão ser apresentados pela opção “enviar anexo” do Sistema Compras Governamentais, quando solicitado pelo Pregoeiro, ou, na impossibilidade, via o e-mail: licitacao@mdic.gov.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.4.1 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta de preço ou a documentação de habilitação, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

11.5. Os documentos e anexos exigidos, remetidos via endereço eletrônico, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas, após a solicitação do pregoeiro.

11.6. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

11.6.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público e Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

11.6.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal - SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

d.1) a certidão mencionada na alínea anterior, poderá ser verificada, on-line, pelo Pregoeiro.

e) As microempresas, empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida **para efeito de comprovação da regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

f) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

f.1) A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 23 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

f.2) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente

11.6.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, sendo que, no caso de praças com mais de um cartório distribuidor deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão;

b) comprovação de boa situação financeira, que será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on-line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo}}{\text{Prazo}}$

Prazo

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo}}{\text{Prazo}}$

Prazo

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo}}$

Passivo Circulante + Exigível a Longo

Prazo

- c) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
- d) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- e) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- f) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo II deste Edital**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;
 - f.1) a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,
 - f.2) quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas. Relativos à Qualificação Técnica:

11.6.4 - Qualificação Técnica

- a) Sendo a detentora da melhor oferta empresa que não possua instalações no Distrito Federal, deverá apresentar declaração, sob pena de desclassificação, de que estará instalada no Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, em ambiente adequado (no mínimo uma sala), contendo, pelo menos, os seguintes recursos: 1 (um) telefone fixo; 1 (um) aparelho de fax; computador com acesso à internet, mesas e cadeiras suficientes para o preposto e pelo menos 2 (dois) funcionários, cujo local estará sempre em funcionamento no dias úteis, no horário comercial, sem ônus para o MDIC.
- b) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- d) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- e) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

- f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- g) Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- h) Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 20 (vinte) postos.
- i) Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do art. 19, §12º da IN n. 02/2008.

11.6.5 Demais declarações, a serem enviadas via sistema Compras Governamentais:

- a) Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 8.538/2015;
- b) Declaração de Ciência Edital;
- c) Declaração Fato Superveniente;
- d) Declaração de Menor;
- e) Declaração Independente de Proposta;
- f) Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

11.7. A licitante regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ficará dispensada de apresentar os documentos elencados nas letras “a”, “b” e “d” do item 11.6.1; nas letras “a”, “b” e “c” do item 11.6.2; e nas letras “b” do item 11.6.3; devendo apresentar os demais documentos, sempre que for o caso.

11.8. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor do MDIC, mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

11.9. Poderá ser inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos.

11.10. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz; se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;

11.11. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

12 MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

12.1 Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do Contrato.

12.2 Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação do certame, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.2.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DESCONEXÃO

14.1. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

14.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

15 RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo de **30 (trinta) minutos**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

a) a falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem acima, importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarado vencedor.

b) as razões de recurso deverão ser disponibilizadas na íntegra no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

15.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.3. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

15.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia (feita em formulários próprios, no ato da sessão pública) e, fora dos respectivos prazos legais.

15.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - CGRL/COPLI, do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, na Esplanada dos Ministérios, bloco "J", Sala 917, CEP - 70.053-900 - Brasília-DF.

16 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso ou após sua apreciação, pela autoridade competente.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

17 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

17.1 O detalhamento da descrição e característica dos serviços e demais condições estão descritos no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I deste Edital.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

18.1. As obrigações da Contratada e do Contratante estão descritas no TERMO DE REFERÊNCIA e na MINUTA DE CONTRATO, ANEXOS I e IV deste Edital, respectivamente.

19 GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Deverá ser apresentada garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA e na MINUTA DE CONTRATO, Anexos I e IV deste Edital, respectivamente.

20 CONTRATO

20.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação vigente, com vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme MINUTA DE CONTRATO, Anexo IV deste Edital, a qual será adaptada à proposta da vencedora.

20.2. O MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

a) na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato;

b) Quando a adjudicatária que não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante para assinar o instrumento, desde que respeitada a ordem de classificação e comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.3. O prazo estabelecido no subitem 20.2 para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS.

21 FISCALIZAÇÃO

21.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme IN/SLTI/MP nº 3/2009 anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

21.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado;

21.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu Fiscal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

21.4. A Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pelo MDIC, representá-la na execução do Contrato;

21.5. Nos termos da Lei Nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o contrato assinado acompanhado da Nota de Empenho;

21.6. O MDIC poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato;

21.7. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o MDIC.

22 PAGAMENTO

22.1 As condições para pagamento estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e na MINUTA DE CONTRATO, ANEXOS I e IV deste Edital, respectivamente.

23 SANÇÕES FASE LICITATÓRIA

23.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Falhar na execução do objeto;
- g) Fraudar na execução do objeto.

23.2. O comportamento previsto na letra “d” do subitem 23.1 estará configurado quando verificada a ocorrência de atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

- a) Considera-se, ainda, comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

23.4. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.5. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

23.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24 DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, não previsto neste Edital, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do pregoeiro e aviso no site Compras Governamentais, informando nova data e horário.

- 24.2. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente, em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, nesse caso, para as licitantes, qualquer direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 24.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
- 24.4. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 24.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 24.6. Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 24.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do serviço pela Administração.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 24.10. A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pelo MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93;
- 24.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, respeitando sempre a supremacia do interesse público.
- 24.12. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.
- 24.13. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente;
- 24.14. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 24.15. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24.16. Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site Compras Governamentais, prevalecerão as do Edital.

Brasília, 7 de junho de 2016.

RICARDO ALVES DE ALMEIDA
Pregoeiro Oficial - COPLI/CGRL/MDIC



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES AUXILIARES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de secretariado, a fim de atender às necessidades deste Ministério.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência encontra amparo no Decreto n.º 2.271, de 07 de julho de 1997, que em seu art. 1º diz que: "No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade".

2.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência são de natureza continuada, conforme determina o artigo 15, inciso I, alínea "f" da Instrução Normativa nº 02/2008/MPOG e estão enquadrados como serviço comum, na forma do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

2.3. Considerando que o serviço de secretariado que ora se pretende contratar tem como resultado auxiliar as autoridades do Ministério no atendimento de compromissos protocolares e de expediente administrativo comuns às atividades fim e meio, realizando tarefas acessórias imprescindíveis nos diversos órgãos diretivos.

2.4. A contratação de uma empresa especializada, consoante ao decreto acima descrito, para atividades acessórias, instrumentais e complementares, constitui-se em alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa, como meio de auxiliar no atendimento das atividades finalísticas deste Ministério.

2.4.1. Esse entendimento é corroborado pelo TCU, que considera que o “processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser eficiente meio de modernização da estrutura estatal, juntamente com a privatização, a parceria público-privada, a flexibilização, a desregulamentação, a permissão, e a concessão. Medidas essas que visam um modelo de Estado menos executor e mais fiscalizador. Assim, cada caso deve ser examinado particularmente, evitando-se a presunção equivocada de qualquer atividade que destoe daquelas consagradamente aceitas como passíveis de terceirização (segurança, limpeza, copeiragem, etc.), esteja impossibilitada de ser executada de forma indireta.” (Acórdão nº 256/2005 TCU - Plenário).

2.5. As diretrizes da Instrução Normativa MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores são normativos que norteiam este Termo de Referência.

2.6. Ressalta-se também que a Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, extinguiu vários cargos que possuíam as características desse importante apoio administrativo.

2.7. Os quantitativos estipulados para distribuição das funções objeto desse contrato baseiam-se no quadro distributivo de D.A.S. deste Ministério **e nas necessidades específicas de cada área**, em conformidade com as reuniões realizadas pela Coordenação – Geral de Recursos Logísticos com os demais setores envolvidos, obedecendo ao seguinte critério:

- para atender ao Ministro de Estado, 04 secretárias executivas;
- para atender a cargo de natureza especial (ex: Secretário Executivo), 03 secretárias executivas;
- para atender aos ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superior nível 6, 02 secretárias executivas;
- para atender aos ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superior nível 5, 01 secretária executiva;

Para atender as secretarias/órgãos finalísticos:

- com até 50 servidores, 01 secretária executiva e 02 técnicos em secretariado;
- de 51 a 100 servidores, 02 secretárias executivas e 03 técnicos em secretariado;
- de 101 a 150 servidores, 04 secretárias executivas e 04 técnicos em secretariado;
- de 151 a 200 servidores, 05 secretárias executivas e 05 técnicos em secretariado;
- de 201 a 250 servidores, 06 secretárias executivas e 06 técnicos em secretariado;
- de 251 a 300 servidores, 07 secretárias executiva e 07 técnicos em secretariado;

2.7.1. Para atender a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA (órgãos atividade meio), Consultoria Jurídica - CONJUR, Ouvidoria – OUV, Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE e Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, devido à natureza das atividades laboradas, tem-se a seguinte distribuição:

- SPOA, 07 secretárias executivas e 31 técnicos em secretariado;
- CONJUR, 03 secretárias executivas e 04 técnicos em secretariado;
- OUVIDORIA, 01 técnico em secretariado;
- CZPE, 01 secretária executiva bilíngue, 02 secretárias executivas;
- CAMEX, 01 secretária executiva bilíngue, 03 secretárias executivas e 02 técnicos em secretariado.

2.7.2. Importante frisar que do quantitativo total de secretárias, serão disponibilizados 02 (dois) postos de secretária executiva bilíngue para o Gabinete do Ministro, 02 (dois) postos para a Secretaria Executiva e 02 (dois) postos para a Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, bem como 01 (um) posto de secretária executiva bilíngue para a Secretaria de Comércio Exterior, 01 (um) posto para a Secretaria de Comércio e Serviços e 01 (um) posto para a Secretaria de Inovação e Novos Negócios.

2.8. Diante da inviabilidade na adoção de critérios para aferição dos resultados inerentes às atividades a serem desempenhadas na prestação do objeto a ser contratado, adotamos a unidade de medida por posto de trabalho, na forma prevista no artigo 11º, § 1º e § 2º da IN nº 2/2008.

2.9. Sendo assim, os serviços a serem prestados por meio de postos de trabalho ocupados por trabalhadores da empresa contratada visa garantir melhores condições para o desenvolvimento das atividades no âmbito do MDIC.

2.10. Tendo por base o Termo de Ajuste de Conduta – TAC e com base no Termo de Conciliação Judicial (Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7), firmado entre o Ministério Público do Trabalho, Advocacia-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, este Termo de Referência foi elaborado em face da necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços de secretariado e apoio administrativo, uma vez que este Ministério atendeu ao estabelecido no TAC.

3. POSTOS DE SERVIÇOS

3.1. Para a execução dos serviços de que trata este Termo de Referência, estima-se a instalação dos seguintes postos de serviços:

- 11 (onze) postos de Secretária (o) Executiva (o) Bilíngue;
- 66 (sessenta e seis) postos de Secretária (o) Executiva (o);
- 60 (sessenta) postos de Técnico (a) em Secretariado;

3.2. Cumpre observar que o MDIC não está obrigado a contratar todos os postos estimados.

4. SERVIÇOS BÁSICOS E PERFIL DO PROFISSIONAL

4.1. Posto de Serviço de Secretário Executivo Bilíngue (CBO 2523-10)

Executar tarefas relativas à anotação, redação, organização de documentos e a outros serviços de escritório, junto aos cargos diretivos do órgão, desempenhando estas atividades segundo especificações ou usando seu próprio critério, para assegurar e ativar o desenvolvimento dos trabalhos administrativos da mesma. Desempenha tarefas similares às que realiza o secretário, em geral (3-21.05), porém é especializado em fazer versões e traduções em idiomas diversos, para atender às necessidades de comunicação do órgão.

4.1.1 Perfil mínimo do profissional: O profissional diplomado no Brasil por curso superior de Secretariado, reconhecido na forma da lei, ou diplomado no exterior por curso de secretariado, cujo diploma seja revalidado no Brasil. Portador de qualquer diploma de nível superior que comprove, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no artigo 4º da Lei 7.377, de 30/09/1985 (Redação da Lei 9.261, de 10/01/1996).

4.1.2 Também é necessário que o profissional tenha sólidos conhecimentos em alguma língua estrangeira, preferencialmente inglês, espanhol ou francês.

4.2. Posto de Serviço de Secretário Executivo (CBO 2523-05)

Executar tarefas relativas à anotação, redação, organização de documentos e a outros serviços, junto aos cargos diretivos do órgão, desempenhando estas atividades segundo especificações ou usando seu próprio critério, para assegurar e ativar o desenvolvimento dos trabalhos administrativos do mesmo. Detalhes das funções: desempenha tarefas similares às que realiza o secretário, em geral (3-21.05), porém é especializado em controlar agendas, marcar entrevistas, cuidar dos compromissos externos e até mesmo particulares, domínio perfeito em português, além de saber falar e escrever fluentemente outro idioma. É responsável pela coordenação e chefia das atividades e pessoal a ele subordinado.

4.2.1 Perfil mínimo do profissional: O profissional diplomado no Brasil por curso superior de Secretariado, reconhecido na forma da lei, ou diplomado no exterior por curso de secretariado, cujo diploma seja revalidado no Brasil. Portador de qualquer diploma de nível superior que comprove, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no artigo 4º da Lei 7.377, de 30/09/1985 (Red. Lei 9.261, de 10/01/1996).

4.3 **Posto de Serviço de Técnico em Secretariado (CBO 3515-05)**

Os profissionais deste grupo de base exercem tarefas secretariais. Suas funções consistem em: providenciar as entrevistas de seus chefes e atender às chamadas telefônicas; reproduzir à máquina textos orais ou escritos; redigir a correspondência, documentos, relatórios e outros textos similares. Detalhes das funções: executa tarefas relativas à anotação, redação, datilografia e organização de documentos e a outros serviços de escritório, como recepção, registro de compromissos e informações, principalmente junto aos cargos diretivos do órgão, procedendo segundo normas específicas rotineiras ou de acordo com seu próprio critério, para assegurar e agilizar o fluxo de trabalhos administrativos da empresa: anota ditados de cartas, de relatórios e de outros tipos de documentos, taquigrafando-os ou tomando-os em linguagem corrente, para datilografá-los (digitá-los) e providenciar a expedição e/ou arquivamento dos mesmos; datilogra (digita) as anotações, tarefas, gráficos e outros documentos, apresentando-os na forma padronizada ou segundo seu próprio critério, para providenciar a reprodução e despacho dos mesmos; redige a correspondência e documentos de rotina, observando os padrões estabelecidos de forma e estilo para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa; organiza os compromissos de seu chefe, dispondo horários de reuniões, entrevistas e solenidades, especificando os dados pertinentes e fazendo as necessárias anotações em agendas, para lembrar-lhe e facilitar-lhe o cumprimento das obrigações assumidas; recebe as pessoas que se dirigem ao seu setor, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminhá-las ao local conveniente ou prestar-lhes as informações desejadas; organiza e mantém um arquivo privado de documentos referentes ao setor, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta; faz a coleta e o registro de dados de interesses referentes ao setor, comunicando-se com as fontes de informações e efetuando as anotações necessárias, para possibilitar a preparação de relatório ou estudo da chefia; faz chamadas telefônicas, requisições de material de escritório, registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas, seguindo os processos de rotina e seu próprio critério, para cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com a chefia. Podem manipular máquina de estenotipia, máquinas de calcular, copiadoras e outras máquinas simples. Pode acompanhar a direção em reuniões. Pode especializar-se em secretariar uma determinada unidade de

trabalho ou pessoa, ou ainda no emprego de um ou vários idiomas e ser designado de acordo com a especialização.

4.3.1. Perfil mínimo do profissional: Ensino técnico em secretariado (2º grau técnico) ou ensino médio completo acrescido do curso de especialização em secretariado ou ainda quem comprovar, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no artigo 5º da Lei 7.377, de 30/09/1985 (Red. Lei 9.261, de 10/01/1996) acrescido do ensino médio completo.

5. HORÁRIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados dentro do horário oficial do Ministério, compreendido entre 7h e 21h, respeitada a carga horária diária máxima. Caso haja alteração do horário oficial, a CONTRATADA será comunicada a fim de promover os ajustes das jornadas de trabalho.

5.2. Os serviços serão executados, inicialmente, no edifício Sede do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J e na unidade EQN 102/103, Lote 01, Sede da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior; podendo ser alterado para outro local em Brasília – DF, de acordo com a necessidade e conveniência do CONTRATANTE.

6. ESTIMATIVA DE JORNADA DE TRABALHO

6.1. Para os Postos de Serviços ora mencionados a estimativa da jornada de trabalho é de 44 horas semanais, conforme Cláusula 34ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2016 do SIS/DF e SEAC/DF e alterações posteriores.

7. CUSTO

7.1. Para os Postos de Serviços estimam-se os seguintes salários a serem pagos pela CONTRATADA, conforme Convenção Coletiva SIS/DF 2016:

7.2. - Secretário Executivo Bilíngue: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais);

7.3. - Secretário Executivo: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais);

7.4. - Técnico em Secretariado: R\$ 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais);

7.5. Para os Postos de Serviços estimam-se os seguintes valores a serem pagos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA (Planilha de Custos e Formação de Preços Anexa):

7.6. - Secretário Executivo Bilíngue: R\$ 10.506,72 (dez mil quinhentos e seis reais e setenta e dois centavos);

7.7. - Secretário Executivo: R\$ 9.410,83 (nove mil quatrocentos e dez reais e oitenta e três centavos);

7.8. - Técnico em Secretariado: R\$ 5.136,85 (cinco mil cento e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos);

7.9. - Tabela mensal de pagamentos:

| Cargo | Quantidade | Salário (R\$) | Custo Mensal Unitário (R\$) | Valor Pago Total (R\$) |
|---------------------------------|-------------------|----------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Secretariado Executivo Bilíngue | 11 | 4.300,00 | 10.506,72 | 115.573,92 |
| Secretariado Executivo | 66 | 3.800,00 | 9.410,83 | 621.114,78 |
| Técnico em Secretariado | 60 | 1.850,00 | 5.136,85 | 308.211,00 |
| Total | 137 | xxx | xxx | R\$ 1.044.899,70 |

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, por intermédio de um representante, especialmente designado, nos termos dos art. 67 e 73 da Lei 8.866/93, art. 6º do Decreto nº 2.2271/97 e artigos 31 a 35 da IN. MPOG n.º 02 de 30/04/2008 e da Portaria nº 244/GM, de 17 de julho de 2015, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;

8.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

8.3. Permitir o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA, nas dependências do CONTRATANTE, para execução dos serviços, desde que devidamente identificados;

8.4. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

8.5. Prestar ao preposto da CONTRATADA, função esta sem ônus para a CONTRATADA, as informações e esclarecimentos pertinentes ao desenvolvimento de suas atribuições;

8.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou endereço de cobrança;

- 8.7. Verificar, em relação aos profissionais da CONTRATADA, o atendimento aos requisitos mínimos exigidos de qualificação profissional;
- 8.8. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização, ou ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 8.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, à vista da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, depois de constatado a competente comprovação do recolhimento de todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como do fornecimento de vales-transportes e vale-refeição/alimentação, apresentando mensalmente, junto com a Nota Fiscal/Fatura, a guia SEFIP e Tomador de obra (RET), além dos comprovantes de quitação de INSS e FTGS, na forma prevista nos incisos I, II, e III do § 1º do art. 36 da IN. MPOG nº 02 de 30/04/2008 e suas posteriores alterações.
- 8.10. Garantir que a mão de obra empregada pela CONTRATADA não irá desempenhar funções estranhas às determinadas para cada posto.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços contratados, a partir da assinatura do Contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme pactuado;
- 9.2. Acatar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atendendo às reclamações formuladas;
- 9.3. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer dos seus profissionais alocados, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
- 9.4. Empregar, na execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados, pertencentes ao seu quadro permanente, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- 9.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação vigente, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.6. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no momento da prestação dos serviços ou conexo a ela, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

- 9.7. Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato;
- 9.8. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passivamente, com o CONTRATANTE;
- 9.9. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários dos seus empregados alocados no CONTRATANTE, por tudo quanto às leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades elencadas neste Termo de Referência;
- 9.10. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- 9.11. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados;
- 9.12. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;
- 9.13. Abster-se de veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- 9.14. Garantir que a mão de obra alocada observe as normas e disciplinas estabelecidas pelo CONTRATANTE e atenda prontamente às suas determinações;
- 9.15. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, empregando em cada cobertura solicitada funcionário (a) com o mesmo cargo do ocupado pelo funcionário substituído e que as eventuais substituições não ensejarão em custos adicionais para o CONTRATANTE;
- 9.16. Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- 9.17. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 9.18. Manter em tempo real, nas instalações do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, um representante ou preposto, para tratar com o CONTRATANTE dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;
- 9.19. Os funcionários (as) e preposto(s) que ocuparão os cargos previstos neste Termo de Referência DEVERÃO guardar sigilo de toda informação obtida em decorrência das atividades desempenhadas, devendo assinar, prontamente, Termo de Confidencialidade e Sigilo (vide anexo);

- 9.20 Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade da mão de obra utilizada na execução dos serviços, apresentando ao CONTRATANTE os relatórios mensais de frequência, cópia da folha de ponto dos empregados realizado, OBRIGATORIAMENTE POR PONTO ELETRÔNICO às suas próprias expensas, a ser disponibilizado no início da vigência do contrato, devendo as faltas e os atrasos ser descontados no valor da fatura correspondente;
- 9.21 Observar o horário de trabalho estabelecido pelo CONTRATANTE, em conformidade com os subitens 5.1. e 6.1;
- 9.22 Apresentar relação nominal dos empregados em atividades nas dependências do CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, devendo comunicar, de imediato, qualquer alteração;
- 9.23 Fornecer ao CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, cópias das folhas de pagamento e dos comprovantes de recolhimentos dos encargos sociais do mês anterior;
- 9.24 Se responsabilizar por quaisquer ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato;
- 9.25 No caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar o CONTRATANTE e mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;
- 9.26 Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.27 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
- 9.28 Fornecer antecipadamente o vale-transporte, compreendendo a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho, conforme preceitua o Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987;
- 9.29 Fornecer aos seus empregados, antecipadamente, o vale alimentação/refeição aos empregados que exercerem atividades nas dependências do CONTRATANTE;
- 9.30 Manter endereço e demais dados cadastrais atualizados, durante a vigência do Contrato, devendo comunicar, imediatamente, ao Contratante, qualquer modificação que possa frustrar eventuais comunicações ou informações entre as partes;
- 9.31 Fornecer aos seus empregados crachás de identificação de uso obrigatório, a própria expensas, para acesso às dependências do Contratante, providenciando para que os mesmos cumpram as normas internas relativas à segurança e identificação.

9.32 Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência (tais como faltas e licenças), o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato.

10. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão exercidos por representante previamente designado pelo CONTRATANTE, de acordo com o art. 67 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c art. 6º do Decreto n.º 2.271, de 07/07/1997 e artigos 31, 32,33, 34 e 35 da IN. MPOG n.º 02 de 30/04/2008 e posteriores alterações;

10.2. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços; inclusive resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem qualificação técnica necessária, não implicando responsabilidade solidária do CONTRATANTE, bem como seus agentes e/ou prepostos;

10.3. A ausência de comunicação por parte do CONTRATANTE, referente à irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Termo de Referência;

10.4. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10.5. A solicitação da prestação de serviços será realizada mediante comunicação escrita, e será expedido pelo gestor/gestor eventual do Contrato Administrativo, designado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, contendo todos os dados necessários à perfeita identificação da atividade desejada;

10.6. Uma vez recebida a solicitação, a contratada terá até 72 (setenta e duas) horas para disponibilizar os serviços, e indicará todos os dados de identificação necessários e o nível de escolaridade do profissional encaminhado;

10.7. Recebido e aceito o profissional pelo gestor/gestor eventual do Contrato Administrativo, dar-se-á início à contagem do tempo e disponibilidade para efeito de faturamento.

11. VIGÊNCIA E VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O Contrato vigorará, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e

condições mais vantajosas para o CONTRATANTE, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o disposto no Inciso II do art. 57 da Lei 8.669/93;

11.2. O valor global estimado para a realização dos serviços é de **R\$ 12.538.796,40** (doze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos) para um período não inferior a 01 (um) ano.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (FASE CONTRATUAL)

12.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da citada lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa de:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante no item 12.7.

12.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.6. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilização civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| <u>GRAU</u> | <u>CORRESPONDÊNCIA</u> |
|-------------|---|
| 1 | 0,2% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|-----------------|---|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Permitir a presença de empregado em uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência; | 01 |
| 5 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 6 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem | 03 |

| | | |
|---|---|----|
| | a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia; | |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 7 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 8 | cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 9 | substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 10 | Efetuar ao pagamento de salários, vales-transportes e/ou ticket-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas datas avençadas, por ocorrência e por dia; | 03 |
| 11 | Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia; | 03 |
| 12 | Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência; | 02 |
| 13 | Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações e quantidades estabelecidas, por funcionário e por ocorrência; | 02 |
| 14 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 15 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 16 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a contratada; | 01 |
| 17 | Comprovar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, na forma do Contrato, por dia de atraso. | 05 |
| 18 | Deixar de apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por solicitação | 04 |

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços efetivamente realizados a cada período de 30 (trinta) dias será efetuado mensalmente pelo MDIC, em até 30 (trinta) dias do recebimento da nota fiscal/fatura, desde que ela esteja acompanhada dos comprovantes necessários relativos às obrigações legais, e esteja atestada, ressaltando que será efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento, conforme determina a legislação vigente.

13.2. A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

13.3. A empresa terá até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da prestação do serviço, para encaminhar as notas fiscais/fatura para pagamento.

- 13.4. O gestor/fiscal terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à prestadora de serviços, para correção de falhas porventura existentes, situação esta que interromperá o prazo supramencionado até o saneamento das falhas ou correções propostas.
- 13.5. Ocorrendo nova apresentação da nota fiscal, por falhas e erros da contratada, serão contados novamente, a partir de então, os prazos para atesto e pagamento.
- 13.6. Não será admitido o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.
- 13.7. As faltas e ausências ao serviço, apontadas pela fiscalização, para as quais a contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 13.8. O pagamento de cada parcela será creditado em conta corrente da contratada, por meio de ordem bancária.
- 13.9. A contratada deverá informar ao MDIC a instituição bancária a ser utilizada para pagamento, com nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 13.10. O adimplemento da obrigação contratual dar-se-á com a comprovação efetiva da prestação dos serviços e das obrigações dela decorrentes.
- 13.11. Para efeitos de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos consignados no artigo 29 da Lei nº 8.666/93.
- 13.12. Por força do Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário, o MDIC, por meio de seu gestor/fiscal, poderá exigir, por ocasião do pagamento, as comprovações elencadas no artigo 34, § 5º, inciso I, e no artigo 36, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações.
- 13.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.
- 13.14. A Contratante poderá conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- 13.15. Previamente a cada pagamento o MDIC juntará aos autos o extrato de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas; e o extrato de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público – CADIN, para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

13.16. Constatada a situação de irregularidade da contratada junto ao SICAF, a mesma será notificada, por escrito, de acordo com os prazos e condições constantes da IN 04/2013/SLTI-MPOG de 15/10/2013.

13.17. O pagamento dos salários dos empregados pela contratada deverá ocorrer via depósito bancário, na conta do trabalhador, de maneira que possibilite a conferência do pagamento por parte do MDIC.

13.18. Ocorrendo atraso de pagamento, provocado exclusivamente pelo MDIC, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e a sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$\frac{I = (TX)}{365} \quad \frac{I = (6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

13.20. Poderá ocorrer retenção ou glosa no pagamento, conforme preceitua o §6º do Art. nº 36 da IN 02/2008-SLTI-MPOG, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.21. O MDIC se reserva no direito de não proceder ao pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações dispostas neste TERMO DE REFERÊNCIA, desde que o fato tenha sido detectado pela fiscalização e comunicado à prestadora de serviço.

13.22. O MDIC se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal/fatura estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório,

obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e no Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJ's.

13.23. Com a assinatura do contrato a MDIC fica autorizada a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da prestadora de serviço, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.24. Nos termos do Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário, a MDIC fica autorizada a reter, cautelarmente, ao final do contrato, os valores das faturas para o pagamento de contribuições sociais, FGTS e demais verbas trabalhistas, extrajudicialmente e/ou por meio do Judiciário Trabalhista, ocasião em que a contratada ficará obrigada a apresentar cópia das rescisões contratuais dos empregados vinculados à esta execução, devidamente homologadas pelo sindicato da categoria (se for o caso) ou Delegacia do Trabalho respectivos.

13.24.1. Na hipótese descrita acima, caso o MDIC identifique ressalva nas rescisões contratuais, serão adotadas medidas para verificar a pertinência do questionamento feito pelo empregado, e se for o caso, cobrar que a contratada cumpra a exigência fixada para liberação de suas faturas retidas.

13.25. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da contratada.

13.26. Os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pelo MDIC, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento.

14. DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 626.939,82 (seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total do contrato, no prazo de até 10 (dias), observadas as condições previstas no Edital.

14.1 Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia, consoante o § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

14.2. A garantia terá validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo assegurar o cumprimento de despesas oriundas de inadimplemento da empresa, inclusive obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, além do disposto no inciso XIX do artigo 19 da IN 02/2008 e legislação correlata.

14.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

14.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA CONTA VINCULADA/CONTA DE DEPÓSITO, PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

15.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução deste Contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no Anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e a 1/3 das férias, quando do gozo de férias dos empregados vinculados a este Contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado a este Contrato;
- d) ao final da vigência deste Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

e) o saldo remanescente da conta vinculada será liberada à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

| RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS | | | |
|--|--|--|--|
| PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO | | | |
| ITEM | | | |
| 13º (décimo terceiro) salário | 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) | | |
| Férias e 1/3 Constitucional | 12,10% (doze vírgula dez por cento) | | |
| Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado | 5,00 % (cinco por cento) | | |
| Subtotal | 25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento) | | |
| Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário* | 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento) | 7,60% (sete vírgula seis por cento) | 7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento) |
| Total | 32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento) | 33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento) | 33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento) |

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

(Fonte: Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008).

16. DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no presente Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

16.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

16.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

16.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

16.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

16.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

16.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

16.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

16.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

16.7.2. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

16.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

16.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

16.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.13. Quando a repactuação se referir aos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

16.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

16.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

16.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

16.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

16.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

16.18. As repactuações serão formalizadas por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.19. A repactuação obedecerá ao disposto nas Orientações Normativas nºs 25 e 26 da Advocacia Geral da União, publicadas no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2011.

17.DO SETOR TÉCNICO RESPONSÁVEL

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado na Coordenação de Atividades Auxiliares – COATA pelo servidor Willy Anderson Santos Tomelin, matrícula 1767979, com o apoio dos colegas da Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios e da Coordenação de Contratos e Convênios.

18.ANEXO

Planilhas de Custos e Formação de Preços e Termo de Confidencialidade e Sigilo.

WILLY ANDERSON SANTOS TOMELIN

Matrícula SIAPE 1767979

De acordo. Em de de 2016.

CARLOS EDUARDO MARTIN MANDARINO

Coordenador de Atividades Auxiliares

Aprovo. Em de de 2016.

FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

ANEXO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF/ MF sob o nº 00000, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao desempenho das minhas atribuições, a que tiver acesso nas dependências do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS e suas unidades.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-me de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia/acordo/tratado/negociação que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Local, ____/____/____.

Assinatura: _____

Nome do funcionário (a)

| MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS | | | |
|---|--|---|--|
| ANEXO III | | | |
| PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
| ATUALIZADA CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
| | | | |
| | Nº Processo | | |
| | Licitação Nº | | |
| Dia ____/____/____ às ____:____ horas | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | |
| D | Nº de meses de execução contratual | 12 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| | | | |
| Tipo | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | |
| I | Secretária Executiva Bilíngue | 11 | |
| Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado. | | | |
| Nota (2) - As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração. | | | |
| Nota (3) - O quantitativo de funcionários foi estabelecido em proporção à carga horária da categoria, sendo considerada na média de dois funcionários para cada seis horas diárias de carga horária da categoria. | | | |
| | | | |
| Anexo III-A - Mão-de-obra | | | |
| Mão-de-obra vinculada à execução contratual | | | |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | Sec. Executiva Bilíngue | |

| | | | |
|---|--|--------------------|------------------------------|
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional (CCT SIS/DF 2016) | R\$ 4.300,00 | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) CBO 2523-10 | Secretária | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º janeiro | |
| Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | Observação |
| A | Salário Base | 4.300,00 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional noturno | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Adicional de Hora Extra | | |
| G | Outros | | |
| | TOTAL | 4.300,00 | |
| | | | |
| MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | Observação |
| A | Transporte (Lei 7.418/1985 e Decreto 95.247/1987) | 275,00 | |
| B | Auxílio alimentação | 605,00 | |
| C | Assistência médica e odontológica | 5,00 | |
| D | Auxílio creche | | |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | 3,00 | |
| F | Outros (especificar) | | |
| | TOTAL | 888,00 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | |
| | | | |
| MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 3 | Insumos Diversos | Valor (R\$) | Observação |
| A | Uniformes | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| B | Materiais | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| C | Equipamentos | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| D | Outros (especificar) | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |

| | | | |
|--|---|--------------------|--------------------|
| | TOTAL | 0,00 | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS: | | | |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00 | 860,00 |
| B | SESI ou SESC | 1,50 | 64,50 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00 | 43,00 |
| D | INCRA | 0,20 | 8,60 |
| E | Salário Educação | 2,50 | 107,50 |
| F | FGTS | 8,00 | 344,00 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00 | 129,00 |
| H | SEBRAE | 0,60 | 25,80 |
| TOTAL | | 36,80 | 1.582,40 |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |
| | | | |
| Submódulo 4.2 - 13º Salário | | | |
| 4.2 | 13º Salário | Valor (R\$) | Observação |
| A | 13 º Salário | 358,19 | |
| Subtotal | | | |
| B | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário | 131,81 | |
| TOTAL | | 490,00 | |
| | | | |
| Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade | | | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | Valor (R\$) | Observação |
| A | Afastamento maternidade | 30,10 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | 11,08 | |
| TOTAL | | 41,18 | |
| | | | |
| Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão | | | |
| 4.4 | Provisão para Rescisão | Valor (R\$) | Observação |

| | | | |
|---|---|--------------------|--------------------|
| A | Aviso prévio indenizado | 18,06 | |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 1,44 | |
| C | Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 215,00 | |
| D | Aviso prévio trabalhado | 1,72 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,63 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado | 215,00 | |
| TOTAL | | 451,85 | |
| | | | |
| Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
| 4.5 | Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | Observação |
| A | Férias e 1/3 constitucional | 520,30 | |
| B | Ausência por doença | 71,38 | |
| C | Licença paternidade | 0,86 | |
| D | Ausências legais | 31,39 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | 11,61 | |
| F | Outros (especificar) | 0,00 | |
| Subtotal | | 635,54 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 233,88 | |
| TOTAL | | 869,42 | |
| | | | |
| Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | | | |
| 4 | Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | 1.582,40 | |
| 4.2 | 13 º salário | 490,00 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 41,18 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | 451,85 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 869,42 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00 | |
| TOTAL | | 3.434,85 | |
| | | | |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |

| | | | |
|--|---|---------------|------------------|
| A | Custos Indiretos | 6,00% | 517,37 |
| B | Tributos | 8,65% | 745,88 |
| B1 | B1. Tributos Federais (especificar) | | |
| B1.1 | B1.1. PIS | 0,65% | 56,05 |
| B1.2 | B1.2. COFINS | 3,00% | 258,69 |
| B2 | B.2 Tributos Estaduais (ISS) | 5,00% | 431,14 |
| B3 | B.3 Tributos Municipais (especificar) | | |
| B4 | B.4 Outros tributos (especificar) | | |
| C | Lucro | 6,79% | 620,62 |
| | TOTAL | 21,44% | 1.883,87 |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | |
| | | | |
| Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado | | | |
| | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | 4.300,00 |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | | 888,00 |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | 0,00 |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | | 3.434,85 |
| Subtotal (A + B + C + D) | | | 8.622,85 |
| E | Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro | | 1.883,87 |
| Valor total por empregado | | | 10.506,72 |
| | | | |
| A PRESENTE ESTIMATIVA ADOTA ORIENTAÇÕES DA IN 06/2013/MPOG. OS VALORES PARA CUSTOS, IMPOSTOS E LUCRO FORAM TOMADOS COMO BASE O CONTRATO DE VIGILÂNCIA | | | |

| MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS | | | |
|---|--|---|--|
| ANEXO III | | | |
| PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
| ATUALIZADA CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
| | | | |
| | Nº Processo | | |
| | Licitação Nº | | |
| Dia ____/____/____ às ____:____ horas | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | |
| D | Nº de meses de execução contratual | 12 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| | | | |
| Tipo | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | |
| I | Secretária Executiva | 66 | |
| Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado. | | | |
| Nota (2) - As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração. | | | |
| Nota (3) - O quantitativo de funcionários foi estabelecido em proporção à carga horária da categoria, sendo considerada na média de dois funcionários para cada seis horas diárias de carga horária da categoria. | | | |
| | | | |
| Anexo III-A - Mão-de-obra | | | |
| Mão-de-obra vinculada à execução contratual | | | |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |

| | | | |
|---|--|--------------------|------------------------------|
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Secretária Executiva |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional (CCT SIS/DF 2016) | | R\$ 3.800,00 |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) CBO 2523-05 | | Secretária |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 1º janeiro |
| Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | Observação |
| A | Salário Base | 3.800,00 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional noturno | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Adicional de Hora Extra | | |
| G | Outros | | |
| | TOTAL | 3.800,00 | |
| | | | |
| MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS | | | |
| 2 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | Observação |
| A | Transporte (Lei 7.418/1985 e Decreto 95.247/1987) | 275,00 | |
| B | Auxílio alimentação | 605,00 | |
| C | Assistência médica e odontológica | 5,00 | |
| D | Auxílio creche | | |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | 3,00 | |
| F | Outros (especificar) | | |
| | TOTAL | 888,00 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | |
| | | | |
| MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 3 | Insumos Diversos | Valor (R\$) | Observação |
| A | Uniformes | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| B | Materiais | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| C | Equipamentos | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |

| | | | |
|--|---|--------------------|------------------------------|
| D | Outros (especificar) | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| | TOTAL | 0,00 | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS: | | | |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00 | 760,00 |
| B | SESI ou SESC | 1,50 | 57,00 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00 | 38,00 |
| D | INCRA | 0,20 | 7,60 |
| E | Salário Educação | 2,50 | 95,00 |
| F | FGTS | 8,00 | 304,00 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00 | 114,00 |
| H | SEBRAE | 0,60 | 22,80 |
| TOTAL | | 36,80 | 1.398,40 |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |
| | | | |
| Submódulo 4.2 - 13º Salário | | | |
| 4.2 | 13º Salário | Valor (R\$) | Observação |
| A | 13 º Salário | 316,54 | |
| Subtotal | | | |
| B | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário | 116,49 | |
| TOTAL | | 433,03 | |
| | | | |
| Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade | | | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | Valor (R\$) | Observação |
| A | Afastamento maternidade | 26,60 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | 9,79 | |
| TOTAL | | 36,39 | |
| | | | |
| Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão | | | |

| 4.4 | Provisão para Rescisão | Valor (R\$) | Observação |
|---|---|--------------------|-------------------|
| A | Aviso prévio indenizado | 15,96 | |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 1,28 | |
| C | Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 190,00 | |
| D | Aviso prévio trabalhado | 1,52 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,56 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado | 190,00 | |
| TOTAL | | 399,32 | |
| | | | |
| Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
| 4.5 | Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | Observação |
| A | Férias e 1/3 constitucional | 459,80 | |
| B | Ausência por doença | 63,08 | |
| C | Licença paternidade | 0,76 | |
| D | Ausências legais | 27,74 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | 10,26 | |
| F | Outros (especificar) | 0,00 | |
| Subtotal | | 561,64 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 206,68 | |
| TOTAL | | 768,32 | |
| | | | |
| Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | | | |
| 4 | Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | 1.398,40 | |
| 4.2 | 13 º salário | 433,03 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 36,39 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | 399,32 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 768,32 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00 | |
| TOTAL | | 3.035,46 | |
| | | | |

| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | 463,41 |
| B | Tributos | 8,65% | 668,07 |
| B1 | B1. Tributos Federais (especificar) | | |
| B1.1 | B1.1. PIS | 0,65% | 50,20 |
| B1.2 | B1.2. COFINS | 3,00% | 231,70 |
| B2 | B.2 Tributos Estaduais (ISS) | 5,00% | 386,17 |
| B3 | B.3 Tributos Municipais (especificar) | | |
| B4 | B.4 Outros tributos (especificar) | | |
| C | Lucro | 6,79% | 555,89 |
| | TOTAL | 21,44% | 1.687,37 |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | |
| | | | |
| Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado | | | |
| | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | 3.800,00 | |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | 888,00 | |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | 0,00 | |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | 3.035,46 | |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | 7.723,46 | |
| E | Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro | 1.687,37 | |
| Valor total por empregado | | 9.410,83 | |
| | | | |
| A PRESENTE ESTIMATIVA ADOTA ORIENTAÇÕES DA IN 06/2013/MPOG. OS VALORES PARA CUSTOS, IMPOSTOS E LUCRO FORAM TOMADOS COMO BASE O CONTRATO DE VIGILÂNCIA | | | |

| MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS | | | |
|---|--|---|-------------------------|
| ANEXO III | | | |
| PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
| ATUALIZADA CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | |
| | | | |
| | Nº Processo | | |
| | Licitação Nº | | |
| Dia ____/____/____ às ____:____ horas | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | |
| D | Nº de meses de execução contratual | 12 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| | | | |
| Tipo | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | |
| I | Técnico em Secretariado | 60 | |
| Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado. | | | |
| Nota (2) - As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração. | | | |
| Nota (3) - O quantitativo de funcionários foi estabelecido em proporção à carga horária da categoria, sendo considerada na média de dois funcionários para cada seis horas diárias de carga horária da categoria. | | | |
| | | | |
| Anexo III-A - Mão-de-obra | | | |
| Mão-de-obra vinculada à execução contratual | | | |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Técnico em Secretariado |

| | | | |
|---|--|-------------------------|------------------------------|
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional (CCT SIS/DF 2016) | R\$ 1.850,00 | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) CBO 3515-05 | Técnico em Secretariado | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º janeiro | |
| Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | Observação |
| A | Salário Base | 1.850,00 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional noturno | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Adicional de Hora Extra | | |
| G | Outros | | |
| | TOTAL | 1.850,00 | |
| | | | |
| MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | Observação |
| A | Transporte (Lei 7.418/1985 e Decreto 95.247/1987) | 275,00 | |
| B | Auxílio alimentação | 605,00 | |
| C | Assistência médica e odontológica | 5,00 | |
| D | Auxílio creche | | |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | 3,00 | |
| F | Outros (especificar) | | |
| | TOTAL | 888,00 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | |
| | | | |
| MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 3 | Insumos Diversos | Valor (R\$) | Observação |
| A | Uniformes | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| B | Materiais | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| C | Equipamentos | | NÃO HAVERÁ CUSTOS NESTE ITEM |
| D | Outros (especificar) | | NÃO HAVERÁ CUSTOS |

| | | | |
|--|---|--------------------|--------------------|
| | | | NESTE ITEM |
| | TOTAL | 0,00 | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS: | | | |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00 | 370,00 |
| B | SESI ou SESC | 1,50 | 27,75 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00 | 18,50 |
| D | INCRA | 0,20 | 3,70 |
| E | Salário Educação | 2,50 | 46,25 |
| F | FGTS | 8,00 | 148,00 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00 | 55,50 |
| H | SEBRAE | 0,60 | 11,10 |
| TOTAL | | 36,80 | 680,80 |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |
| | | | |
| Submódulo 4.2 - 13º Salário | | | |
| 4.2 | 13º Salário | Valor (R\$) | Observação |
| A | 13 º Salário | 154,11 | |
| Subtotal | | | |
| B | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário | 56,71 | |
| TOTAL | | 210,82 | |
| | | | |
| Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade | | | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | Valor (R\$) | Observação |
| A | Afastamento maternidade | 12,95 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | 4,77 | |
| TOTAL | | 17,72 | |
| | | | |
| Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão | | | |

| 4.4 | Provisão para Rescisão | Valor (R\$) | Observação |
|---|---|--------------------|-------------------|
| A | Aviso prévio indenizado | 7,77 | |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 0,62 | |
| C | Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado | 92,50 | |
| D | Aviso prévio trabalhado | 0,74 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,27 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado | 92,50 | |
| TOTAL | | 194,40 | |
| | | | |
| Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
| 4.5 | Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | Observação |
| A | Férias e 1/3 constitucional | 223,85 | |
| B | Ausência por doença | 30,71 | |
| C | Licença paternidade | 0,37 | |
| D | Ausências legais | 13,51 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | 5,00 | |
| F | Outros (especificar) | 0,00 | |
| Subtotal | | 273,44 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 100,63 | |
| TOTAL | | 374,07 | |
| | | | |
| Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | | | |
| 4 | Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | 680,80 | |
| 4.2 | 13 º salário | 210,82 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 17,72 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | 194,40 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 374,07 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00 | |
| TOTAL | | 1.477,81 | |
| | | | |

| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
|--|---|-----------------|---------------|
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | 252,95 |
| B | Tributos | 8,65% | 364,66 |
| B1 | B1. Tributos Federais (especificar) | | |
| B1.1 | B1.1. PIS | 0,65% | 27,40 |
| B1.2 | B1.2. COFINS | 3,00% | 126,47 |
| B2 | B.2 Tributos Estaduais (ISS) | 5,00% | 210,79 |
| B3 | B.3 Tributos Municipais (especificar) | | |
| B4 | B.4 Outros tributos (especificar) | | |
| C | Lucro | 6,79% | 303,43 |
| | TOTAL | 21,44% | 921,04 |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | |
| | | | |
| Anexo III - B - Quadro-resumo do Custo por Empregado | | | |
| | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | 1.850,00 | |
| B | Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários | 888,00 | |
| C | Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | 0,00 | |
| D | Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas | 1.477,81 | |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | 4.215,81 | |
| E | Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro | 921,04 | |
| Valor total por empregado | | 5.136,85 | |
| | | | |
| A PRESENTE ESTIMATIVA ADOTA ORIENTAÇÕES DA IN 06/2013/MPOG. OS VALORES PARA CUSTOS, IMPOSTOS E LUCRO FORAM TOMADOS COMO BASE O CONTRATO DE VIGILÂNCIA | | | |

| MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS | | | | | | |
|--|---|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------|------------------------|
| | | | | | | |
| MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | | | | |
| ATUALIZADA CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 | | | | | | |
| | | | | | | |
| Anexo III-C - Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS | | | | | | |
| | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Valor proposto por empregado (R\$) | Qtde de empregados por posto | Valor proposto por posto | Qtd de postos | Valor total do serviço |
| I | Secretário Executivo Bilíngue | 10.506,72 | 1 | 10.506,72 | 11 | 115.573,92 |
| II | Secretário Executivo | 9.410,83 | 1 | 9.410,83 | 66 | 621.114,78 |
| III | Técnico em Secretariado | 5.136,85 | 1 | 5.136,85 | 60 | 308.211,00 |
| VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS | | | | | | R\$ 1.044.899,70 |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Anexo III-D - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | | | | |
| | | | | | | |
| Valor Global da Proposta | | | | | | |
| | Descrição | | | | | Valor (R\$) |
| D | Valor mensal do serviço | | | | | 1.044.899,70 |
| E | Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato) | | | | | 12.538.796,40 |
| Nota*: Unidade de medida para o serviço contratado: posto | | | | | | |



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

| Nome do Órgão / Empresa | Vigência do Contrato | Nº do Contrato | Valor Total do Contrato |
|----------------------------------|----------------------|----------------|-------------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| Valor Total dos Contratos | | | |

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO ALÍNEA F DO SUBITEM 11.6.3, do Edital.

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO ALÍNEA F DO SUBITEM 11.6.3, do Edital.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}} =$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016
ANEXO III - MODELO PROPOSTA COMERCIAL

EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Ao MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC (UASG:280101)
PROCESSO Nº 52007.001427/2016-34

Senhor Pregoeiro,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para prestação de serviços de limpeza e conservação, incluindo todos insumos necessários, para atendimento das necessidades do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, conforme especificações e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2016 e seus anexos, no valor total para 12 meses de -----, conforme modelos de **PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, atualizadas conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 6, de 23 de dezembro de 2013, que atualiza a INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 2/2008 (VERSÃO COMPILADA/ATUALIZADA).**

Anexo - Quadro-resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

| Tipo de Serviço | | Valor proposto por empregado (R\$) | Qtde de empregados por posto | Valor proposto por posto | Qtd de postos | Valor total do serviço (R\$) |
|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------|------------------------------|
| I | Secretário Executivo Bilíngue | | 1 | | 11 | |
| II | Secretário Executivo | | 1 | | 66 | |
| III | Técnico em Secretariado | | 1 | | 60 | |
| VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (R\$) | | | | | | |

Anexo III-D - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

| Valor Global da Proposta | | |
|--------------------------|---|-------------|
| | Descrição | Valor (R\$) |
| D | Valor mensal do serviço | |
| E | Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato) | |

Nota*: Unidade de medida para o serviço contratado: posto

Os serviços serão executados para as unidades do MDIC, situadas nos endereços abaixo:

| Instituição | Endereço | Local de Apresentação do Veículo |
|-------------------|--|----------------------------------|
| ED. SEDE - MDIC | Esplanada dos Ministérios, Bloco "J" - Brasília/DF. | Entrada Principal |
| ED. ANEXO - SECEX | EQN 102/103, Lote 1 Ed. Ilka Mattos de Mello, Asa Norte - Brasília/DF. | Entrada Sul |

O prazo para início da execução dos serviços é de ----- dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviços.

Declaramos que no preço proposto estão computados todos os custos necessários para a prestação dos serviços.

O prazo de validade da proposta de preços é de ____ (____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico nº 5/2016 (*o prazo não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos*).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a celebrar o contrato no prazo determinado no Edital, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

| DADOS DA EMPRESA | | |
|------------------|-----------|------|
| Razão Social: | CNPJ: | |
| Endereço: | | |
| E-mail | Telefone: | |
| Banco: | Agência: | C/C: |

| DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA | | |
|---|---------------|--|
| Nome: | | |
| Endereço: | | |
| Cargo: | CPF: | |
| RG: | Estado Civil: | |
| Nacionalidade: | Naturalidade: | |

Local e data
Nome e assinatura do responsável legal



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E
SERVIÇOS E A EMPRESA**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “J” em Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.478/0002-24, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, a Senhora **NATÁLIA LORENZETTI**, nomeada pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 1.541 de 19/11/2015, publicada no DOU de 20/11/2015, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3751713 SSP/SC e do CPF nº 030.278.249-45, consoante a competência atribuída pelo artigo 6º, do Anexo I, do Decreto nº 8.663, de 3/2/2016, publicado no D.O.U., de 4/2/2016, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob o nº -----, estabelecida na cidade de Brasília, localizada na -----, CEP -----, Tel. () -----, neste ato representado pelo Senhor -----, ocupando o cargo de ----- da Contratada, portador da Carteira de Identidade nº -----, e do CPF nº -----, daqui por diante designada **CONTRATADA**, conforme o Processo nº **52007.001427/2016-34**, referente ao Pregão Eletrônico nº 5/2016, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições do Edital referido, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de secretariado, a fim de atender às necessidades deste Ministério.

1.2. Faz parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, a Proposta de Preços da CONTRATADA, o Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2016 e seus anexos, o Termo de Referência e demais elementos constantes no Processo nº 52007.001427/2016-34.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. A CONTRATADA obriga-se a:

- 2.1. Executar os serviços contratados, a partir da assinatura do Contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme pactuado;
- 2.2. Acatar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atendendo às reclamações formuladas;
- 2.3. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer dos seus profissionais alocados, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
- 2.4. Empregar, na execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados, pertencentes ao seu quadro permanente, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- 2.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação vigente, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 2.6. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no momento da prestação dos serviços ou conexo a ela, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 2.7. Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato;
- 2.8. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste instrumento contratual, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passivamente, com o CONTRATANTE;
- 2.9. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários dos seus empregados alocados no CONTRATANTE, por tudo quanto às leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades elencadas neste deste instrumento contratual;
- 2.10. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- 2.11. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados;
- 2.12. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;
- 2.13. Abster-se de veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- 2.14. Garantir que a mão de obra alocada observe as normas e disciplinas estabelecidas pelo CONTRATANTE e atenda prontamente às suas determinações;

-
- 2.15 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, empregando em cada cobertura solicitada funcionário (a) com o mesmo cargo do ocupado pelo funcionário substituído e que as eventuais substituições não ensejarão em custos adicionais para o CONTRATANTE;
- 2.16 Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- 2.17 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 2.18 Manter em tempo real, nas instalações do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, um representante ou preposto, para tratar com o CONTRATANTE dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;
- 2.19 Os funcionários (as) e preposto(s) que ocuparão os cargos previstos neste instrumento contratual DEVERÃO guardar sigilo de toda informação obtida em decorrência das atividades desempenhadas, devendo assinar, prontamente, Termo de Confidencialidade e Sigilo (vide anexo);
- 2.20 Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade da mão de obra utilizada na execução dos serviços, apresentando ao CONTRATANTE os relatórios mensais de frequência, cópia da folha de ponto dos empregados realizado, OBRIGATORIAMENTE POR PONTO ELETRÔNICO às suas próprias expensas, a ser disponibilizado no início da vigência do contrato, devendo as faltas e os atrasos ser descontados no valor da fatura correspondente;
- 2.21 Observar o horário de trabalho estabelecido pelo CONTRATANTE, em conformidade com os subitens 5.1. e 6.1 do Termo de Referência anexo a este Contrato;
- 2.22 Apresentar relação nominal dos empregados em atividades nas dependências do CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, devendo comunicar, de imediato, qualquer alteração;
- 2.23 Fornecer ao CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, cópias das folhas de pagamento e dos comprovantes de recolhimentos dos encargos sociais do mês anterior;
- 2.24 Se responsabilizar por quaisquer ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato;
- 2.25 No caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar o CONTRATANTE e mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;
- 2.26 Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.27 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
- 2.28 Fornecer antecipadamente o vale-transporte, compreendendo a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho, conforme preceitua o Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987;

2.29 Fornecer aos seus empregados, antecipadamente, o vale alimentação/refeição aos empregados que exercerem atividades nas dependências do CONTRATANTE;

2.30 Manter endereço e demais dados cadastrais atualizados, durante a vigência do Contrato, devendo comunicar, imediatamente, ao Contratante, qualquer modificação que possa frustrar eventuais comunicações ou informações entre as partes;

2.31 Fornecer aos seus empregados crachás de identificação de uso obrigatório, a própria expensas, para acesso às dependências do Contratante, providenciando para que os mesmos cumpram as normas internas relativas à segurança e identificação.

2.32 Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência (tais como faltas e licenças), o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao gestor/fiscal do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. O CONTRATANTE obriga-se a:

3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, por intermédio de um representante, especialmente designado, nos termos dos art. 67 e 73 da Lei 8.666/93, art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e artigos 31 a 35 da IN. MPOG nº 02 de 30/04/2008 e da Portaria nº 244/GM, de 17 de julho de 2015, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;

3.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

3.3. Permitir o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA, nas dependências do CONTRATANTE, para execução dos serviços, desde que devidamente identificados;

3.4. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

3.5. Prestar ao preposto da CONTRATADA, função esta sem ônus para a CONTRATADA, as informações e esclarecimentos pertinentes ao desenvolvimento de suas atribuições;

3.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou endereço de cobrança;

3.7. Verificar, em relação aos profissionais da CONTRATADA, o atendimento aos requisitos mínimos exigidos de qualificação profissional;

3.8. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização, ou ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

3.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, à vista da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, depois de constatado a competente comprovação do recolhimento de todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como do fornecimento de vales-transportes e vale-refeição/alimentação, apresentando mensalmente, junto com a Nota Fiscal/Fatura, a guia SEFIP e Tomador de obra (RET), além dos comprovantes de quitação de INSS e FTGS, na forma prevista nos incisos I, II, e III do § 1º do art. 36 da IN. MPOG nº 02 de 30/04/2008 e suas posteriores alterações.

3.10. Garantir que a mão de obra empregada pela CONTRATADA não irá desempenhar funções estranhas às determinadas para cada posto.

CLÁUSULA QUARTA - DO HORÁRIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados dentro do horário oficial do Ministério, compreendido entre 7h e 21h, respeitada a carga horária diária máxima. Caso haja alteração do horário oficial, a CONTRATADA será comunicada a fim de promover os ajustes das jornadas de trabalho.

4.2. Os serviços serão executados, inicialmente, no edifício Sede do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J e na unidade EQN 102/103, Lote 01, Sede da SECEX - Secretaria de Comércio Exterior; podendo ser alterado para outro local em Brasília - DF, de acordo com a necessidade e conveniência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente executados, os valores discriminados na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, sendo a despesa mensal estimada de R\$ (xx) e a global estimada para 12 (doze) meses de R\$ (xx), conforme tabela abaixo.

| Cargo | Qtde. | Salário (R\$) | Custo Mensal Unitário (R\$) | Valor Pago Total (R\$) |
|---------------------------------|------------|---------------|-----------------------------|------------------------|
| Secretariado Executivo Bilíngue | 11 | | | |
| Secretariado Executivo | 66 | | | |
| Técnico em Secretariado | 60 | | | |
| Total | 137 | | | |

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços efetivamente realizados a cada período de 30 (trinta) dias será efetuado mensalmente pelo MDIC, em até 30 (trinta) dias do recebimento da nota fiscal/fatura, desde que ela esteja acompanhada dos comprovantes necessários relativos às obrigações legais, e esteja atestada, ressaltando que será efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento, conforme determina a legislação vigente.

6.2. A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

6.3. A empresa terá até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da prestação do serviço, para encaminhar as notas fiscais/fatura para pagamento.

6.4. O gestor/fiscal terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à prestadora de serviços, para correção de falhas porventura existentes, situação esta que interromperá o prazo supramencionado até o saneamento das falhas ou correções propostas.

-
- 6.5. Ocorrendo nova apresentação da nota fiscal, por falhas e erros da CONTRATADA, serão contados novamente, a partir de então, os prazos para atesto e pagamento.
- 6.6. Não será admitido o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.
- 6.7. As faltas e ausências ao serviço, apontadas pela fiscalização, para as quais a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 6.8. O pagamento de cada parcela será creditado em conta corrente da CONTRATADA, por meio de ordem bancária.
- 6.9. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE a instituição bancária a ser utilizada para pagamento, com nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 6.10. O adimplemento da obrigação contratual dar-se-á com a comprovação efetiva da prestação dos serviços e das obrigações dela decorrentes.
- 6.11. Para efeitos de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos consignados no artigo 29 da Lei nº 8.666/93.
- 6.12. Por força do Acórdão nº 1214/2013 - TCU - Plenário, o CONTRATANTE, por meio de seu gestor/fiscal, poderá exigir, por ocasião do pagamento, as comprovações elencadas no artigo 34, § 5º, inciso I, e no artigo 36, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações.
- 6.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.
- 6.14. O CONTRATANTE poderá conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- 6.15. Previamente a cada pagamento o CONTRATANTE juntará aos autos o extrato de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas; e o extrato de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público - CADIN, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.
- 6.16. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a mesma será notificada, por escrito, de acordo com os prazos e condições constantes da IN 04/2013/SLTI-MPOG de 15/10/2013.
- 6.17. O pagamento dos salários dos empregados pela CONTRATADA deverá ocorrer via depósito bancário, na conta do trabalhador, de maneira que possibilite a conferência do pagamento por parte do MDIC.
- 6.18. Ocorrendo atraso de pagamento, provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e a sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$\frac{I = (TX)}{365}$$

$$\frac{I = (6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

6.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

6.20. Poderá ocorrer retenção ou glosa no pagamento, conforme preceitua o §6º do Art. nº 36 da IN 02/2008-SLTI-MPOG, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.21. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não proceder ao pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações dispostas no Termo de Referência anexo a este Contrato, desde que o fato tenha sido detectado pela fiscalização e comunicado à prestadora de serviço.

6.22. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal/fatura estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e no Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJ's.

6.23. Com a assinatura do contrato o CONTRATANTE fica autorizado a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da prestadora de serviço, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.24. Nos termos do Acórdão nº 1214/2013 - TCU - Plenário, a MDIC fica autorizada a reter, cautelarmente, ao final do contrato, os valores das faturas para o pagamento de contribuições sociais, FGTS e demais verbas trabalhistas, extrajudicialmente e/ou por meio do Judiciário Trabalhista, ocasião em que a CONTRATADA ficará obrigada a apresentar cópia das rescisões contratuais dos empregados vinculados à esta execução, devidamente homologadas pelo sindicato da categoria (se for o caso) ou Delegacia do Trabalho respectivos.

6.24.1. Na hipótese descrita acima, caso o CONTRATANTE identifique ressalva nas rescisões contratuais, serão adotadas medidas para verificar a pertinência do questionamento feito pelo empregado, e se for o caso, cobrar que a CONTRATADA cumpra a exigência fixada para liberação de suas faturas retidas.

6.25. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da CONTRATADA.

6.26. Os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pelo CONTRATANTE, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 280101/00001
- Fonte:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- PI:

7.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

7.3. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho n.º 2016NE-----, em --/--/2016, do tipo estimativo, no valor de R\$ ----- (----) à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão exercidos por representante previamente designado pelo CONTRATANTE, de acordo com o art. 67 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c art. 6º do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997 e artigos 31, 32,33, 34 e 35 da IN. MPOG nº 02 de 30/04/2008 e posteriores alterações;

8.2. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, inclusive, resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem qualificação técnica necessária, não implicando responsabilidade solidária do CONTRATANTE, bem como seus agentes e/ou prepostos;

8.3. A ausência de comunicação por parte do CONTRATANTE, referente à irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Contrato;

8.4. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

8.5. A solicitação da prestação de serviços será realizada mediante comunicação escrita, e será expedido pelo gestor/gestor eventual do Contrato Administrativo, designado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, contendo todos os dados necessários à perfeita identificação da atividade desejada;

8.6. Uma vez recebida a solicitação, a CONTRATADA terá até 72 (setenta e duas) horas para disponibilizar os serviços, e indicará todos os dados de identificação necessários e o nível de escolaridade do profissional encaminhado;

8.7. Recebido e aceito o profissional pelo gestor/gestor eventual do Contrato Administrativo, dar-se-á início à contagem do tempo e disponibilidade para efeito de faturamento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da citada lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa de:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante no item 9.7.

9.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.6. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilização civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

9.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|---|
| 1 | 0,2% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|---|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência; | 5 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 3 |
| 4 | Permitir a presença de empregado em uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência; | 1 |
| 5 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 2 |
| 6 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia; | 3 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 7 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 1 |
| 8 | cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 2 |
| 9 | substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 1 |
| 10 | Efetuar ao pagamento de salários, vales-transportes e/ou ticket-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas datas avençadas, por ocorrência e por dia; | 3 |
| 11 | Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia; | 3 |
| 12 | Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência; | 2 |
| 13 | Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações e quantidades estabelecidas, por funcionário e por ocorrência; | 2 |
| 14 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 3 |
| 15 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 1 |
| 16 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a contratada; | 1 |
| 17 | Comprovar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, na forma do Contrato, por dia de atraso. | 5 |
| 18 | Deixar de apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por solicitação | 4 |

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Os casos de rescisão contratual serão regidos nos termos da Lei 8.666/93, Capítulo III, Seção V, e demais legislações pertinentes;

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

10.3. Constituem motivo para rescisão do presente Contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- IX. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII. A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- XIV. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.5. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do subitem 10.3.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no presente Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

11.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

11.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

11.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

11.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

11.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

11.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

11.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

11.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

11.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

11.7.2. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

11.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

11.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

11.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

11.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

11.13. Quando a repactuação se referir aos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

11.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

11.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

11.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

11.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

11.18. As repactuações serão formalizadas por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

11.19. A repactuação obedecerá ao disposto nas Orientações Normativas nºs 25 e 26 da Advocacia Geral da União, publicadas no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total do contrato, no prazo de até 10 (dias), observadas as condições previstas no Edital.

12.1. A garantia deverá ser renovada na eventual prorrogação contratual, devendo ser reforçada no caso de alteração de valor contratado, de forma a manter o percentual mencionado no item anterior, e somente será liberada ao final do terceiro mês subsequente ao término da vigência contratual, ante a comprovação de que o futuro contratado pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

12.2. Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia, consoante o § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

12.3. A garantia terá validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo assegurar o cumprimento de despesas oriundas de inadimplemento da empresa, inclusive obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, além do disposto no inciso XIX do artigo 19 da IN 02/2008 e legislação correlata.

12.4. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

12.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONTA VINCULADA

13.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução deste Contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no Anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e a 1/3 das férias, quando do gozo de férias dos empregados vinculados a este Contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado a este Contrato;
- d) ao final da vigência deste Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.3. A prorrogação do instrumento contratual deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei 10.520, de 17 julho de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei na 8.666/93, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União por extrato, no prazo estipulado no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual é o da Seção Judiciária de Brasília.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em duas vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos deste Ministério, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº 8.666/93.

Brasília, de de 2016.

NATÁLIA LORENZETTI
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5/2016

ANEXO V - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida **obrigatoriamente** pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) *são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados*”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter **excepcional** e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à **UNIÃO** embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonhada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, *caput* e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei

do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater

pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja

aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar **CONCILIAÇÃO** nos autos do **Processo 01082-2002-020-10-00-0**, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A **UNIÃO** abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de **cooperativas de mão-de-obra**, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de **subordinação**, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- **Serviços de limpeza;**
- **Serviços de conservação;**
- **Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;**
- **Serviços de recepção;**
- **Serviços de copeiragem;**
- **Serviços de reprografia;**
- **Serviços de telefonia;**
- **Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;**
- **Serviços de secretariado e secretariado executivo;**
- **Serviços de auxiliar de escritório;**
- **Serviços de auxiliar administrativo;**
- **Serviços de office boy (contínuo);**
- **Serviços de digitação;**
- **Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;**
- **Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;**
- **Serviços de ascensorista;**
- **Serviços de enfermagem;**
- **Serviços de agentes comunitários de saúde;**

Parágrafo Primeiro - O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo - As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A **UNIÃO** obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome

de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela **Cláusula Primeira** deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta - A **UNIÃO** obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da **Cláusula Primeira**, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput*, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a **UNIÃO**, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta - A **UNIÃO** se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao **Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a **UNIÃO** e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à **UNIÃO**, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO
Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

MOARCI ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA M. DE OLIVEIRA BETTERO
Sub-Procuradora-Regional da União

MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Advogado da União

1ª Região

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho - ANPT